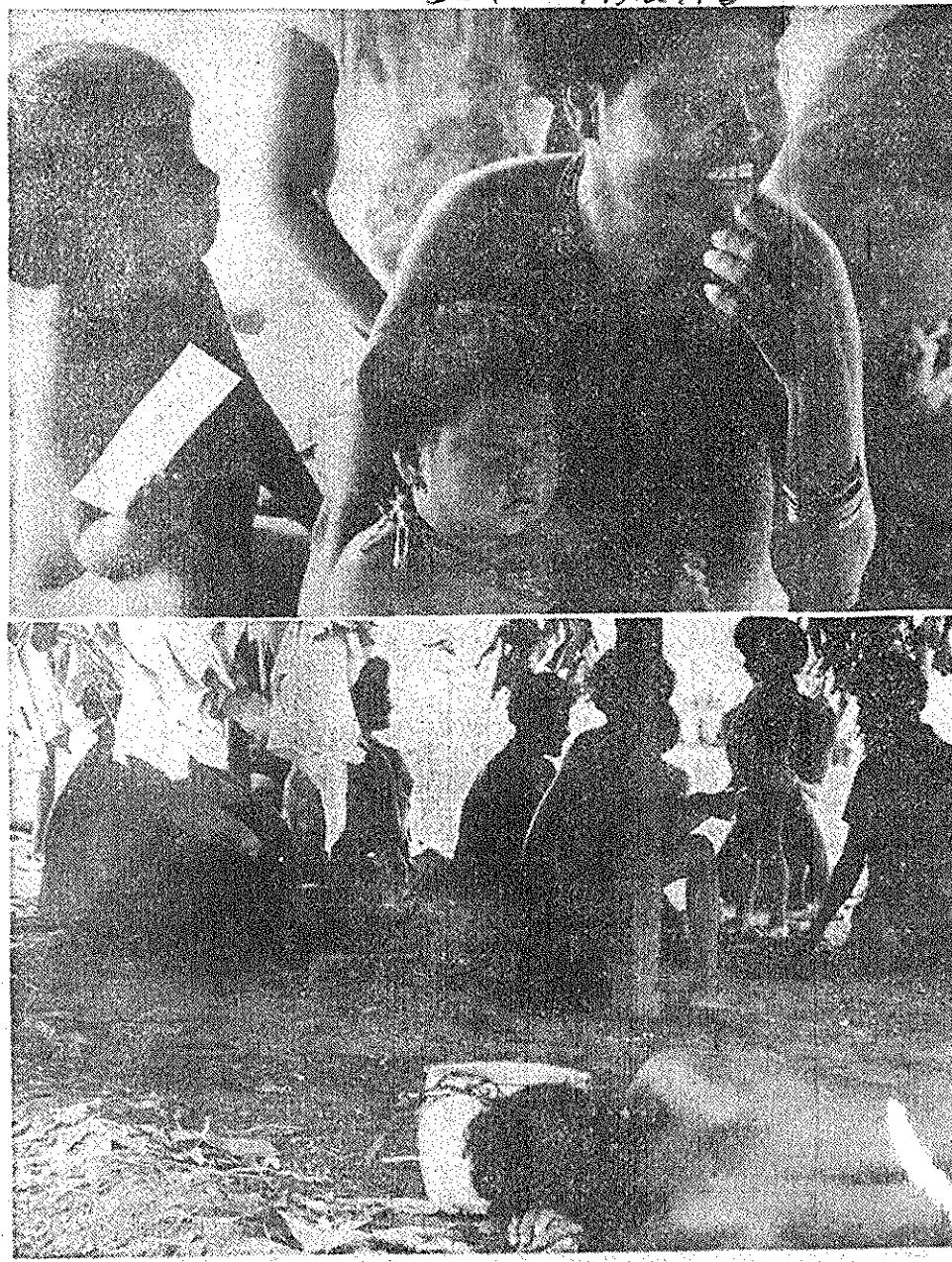


Extinção ameaça nhambiquaras

ESP - 7.12.75



Fotos de Alencar Monteiro

Acossados pelos invasores, os nhambiquaras são cada vez mais dependentes

Da Sucursal de BRASÍLIA

Estatuto do Índio, Artigo 22: "Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes. Parágrafo único: As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste Artigo, são bens alienáveis da União (Artigos 4º, VI e 198 da Constituição").

Se a lei acima fosse respeitada, quase todo o Vale do Guaporé, em Mato Grosso, seria patrimônio da União. Mas suas terras estão em mãos de particulares e nem mesmo a arida reserva indígena nhambiquara tem sido respeitada. Ali, 50 índios nhambiquara-nhaintesus vivem precariamente ao lado da pista de pouso de uma das 16 grandes agropecuárias que estão se instalando no fértil vale. Seu drama, porém, não difere da situação das outras 23 aldeias espalhadas pelos cinco milhões de hectares, reconhecidos como habitat natural desses índios.

Apenas tolerados pejões fazendeiros e enfrentando todos os efeitos nocivos do contato com as frentes pioneiras, os nhambiquaras estão ameaçados de extinção, caso a Funai não consiga reparar, pelo menos em parte, o grande erro cometido pela administração anterior, que concedeu certidões negativas de presença de índios no Guaporé a grandes empresas.

Os índios da Fazenda Vale do Guaporé estão divididos em dois grupos. Um deles permanente na antiga aldeia, a 50 metros da grande pista de pouso. Três cabanas toscas cobertas com folhas de bananeira abrigam a pequena comunidade que, há cinco anos, praticamente não tinha contato com a civilização. A 15 quilômetros da sede da fazenda, o restante do grupo enfrenta sério problema: uma desintoxicação crônica, causada pela água, totalmente contaminada por fezes de gado.

Desequilibrados diante do perigo dos "intrusos", várias tribos abandonaram suas atividades tradicionais, não plantam mais roças e assistem à diminuição da caça nas áreas desmatadas pelas empresas. Os índios da Fazenda Guaporé, por exemplo, não plantaram nada nos últimos anos, passando a depender inteiramente dos alimentos doados pelos fazendeiros.

Em 1966, os nhambiquaras do Alto Sararé, que já conheciam avião, abriram uma pista precária de pouso, na esperança de que, algum dia, os aparelhos aterrissassem em sua aldeia. Vários aviões desceram realmente em seu território, nos últimos anos, mas desprezaram o descampado preparado pelos índios e pousaram na pista da Fazenda Sararé, a apenas cinco quilômetros da aldeia.

A presença dos civilizados entre os índios do Sararé já deixou um grande saldo negativo. A partir de 1968, quando foi feito o primeiro recenseamento, viviam na área 120 índios. Atualmente, o grupo está reduzido a somente 34 pessoas. Uma epidemia de sarampo, em 1971, contribuiu para essa redução.

O antropólogo David Price, responsável pelo trabalho que a Funai está desenvolvendo na região, fala do primitivismo do grupo, que, até 1968, ainda esquentava pedras no fogo para atirá-las, em seguida, no pílão, a fim de ferver a água. "Eu só tinha conhecimento desse método pelas informações

colhidas em trabalhos de arqueologia", afirma o antropólogo. Ele explica que os índios relutam em se deixar fotografar, pois já viram sua imagem reproduzida e acham que "aquele máquina rouba a alma deles".

A situação dos nhambiquaras constitui um dos problemas mais complexos enfrentados pela Funai. Trinta especialistas estiveram reunidos recentemente em Brasília, discutindo durante três dias as sugestões apresentadas pelos antropólogos e etnólogos. Agora, a Funai prepara um plano de ação, com base nas alternativas propostas.

As certidões negativas de existência de índios na área foram emitidas na administração do general Bandeira de Melo. Os nebulosos processos desapareceram na Funai. Na ocasião, alguns assessores do general, como Gama Malcher, chegaram a pedir demissão, inconformados com a decisão do órgão, que estaria agindo em "cumprimento a ordens superiores". Dezenas de certidões foram emitidas, abrangendo exatamente a área mais densamente povoada por nhambiquaras, o vale do Guaporé.

Tudo indica, no entanto, que a situação foi criada antes mesmo da gestão Bandeira de Melo. Em outubro de 1968, foi assinado um decreto criando a reserva indígena nhambiquara, planejada com base em informações tão inadequadas que chegam a mencionar acidentes geográficos inexistentes. Essa reserva continua as piores terras de toda a área tradicionalmente ocupada pelos índios, englobando apenas duas de suas aldeias — Camaráré e Serra Azul — correspondendo a 10 por cento da população nhambiquara à época do decreto.

A criação dessa reserva tinha um objetivo claro: concentrar todos os índios dentro de seus limites, liberando a região do Guaporé. A partir de 1970 intensificou-se a transferência, quando muitos morreram alinhados pelas epidemias de gripe e sarampo. Acostumados a um ambiente ecológico favorável, caça e água abundantes, vários grupos foram instalados numa área de cerrado de 1 milhão de hectares. A decepção foi enorme. A prometida área indígena não passava, na realidade, de um extenso areal onde nem capim nascia. Apenas uma pequena faixa de florestas se sobressaia, nos limites da reserva com a rodovia BR-364, a Cuiabá-Porto Velho.

Em 1973, a Funai tentou remediar a situação, baixando um novo decreto para ampliar a área da reserva, englobando faixas de florestas a Oeste. Paralelamente, intensificou-se um trabalho diplomático junto aos grupos do Guaporé para tentar convencê-los a se transferir para a reserva. Mas a operação fracassou, porque dois ou três grupos que aceitaram a mudança — os wasusus e os aienteus — retornaram a seus locais de origem ao perceber que as terras da reserva não se prestavam ao cultivo do milho, produto básico de sua alimentação.

Essa foi a situação herdada pelo novo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira. O vale já ocupado pelas poderosas empresas; os índios retornando ao seu habitat primitivo; o alto índice de mortalidade em consequência dos constantes deslocamentos dos grupos. Ao lado disso, persistia a pressão de indigenistas e antropólogos de renome exigindo uma solução digna para a questão, por eles considerada como "uma vergonha nacional".

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de S. Paulo*

Data: 04/12/75

Pg.: 218

Class.: 218